

O rígido controle na utilização de marcas e patentes por meio das regras de Propriedade Intelectual é um dos pilares sobre o qual repousa o modelo de acumulação da economia global, garantindo monopólios mais longos possíveis sobre novas tecnologias, produtos e processos para estimular o investimento inovador. O objetivo da pesquisa conduzida pelo IEEI, que deu origem a este livro e contou com a contribuição de especialistas brasileiros e internacionais, foi abrir graus de liberdade para a reflexão sobre um tema estritamente pautado pelo discurso hegemônico do capital.

Na nova lógica do poder mundial, o componente estratégico fundamental é o controle da tecnologia de ponta, defendida a ferro e fogo pelas regras de marcas e patentes. É por meio dela que são impostos os padrões gerais de reprodução e multiplicação da acumulação. É por isso que os Estados Unidos – por sua pujança econômica, pela liderança tecnológica e poder das transnacionais lá sediadas e pela função irradiadora do padrão cultural dominante – conseguiram colocar-se na vanguarda desse processo e traçar as linhas dominantes na globalização das cadeias produtivas.

Apoiado pelas novas tecnologias da informação, o poder do capital se amplia sem enfrentar diretamente as leis nacionais, muitas vezes sem o consentimento explícito de parlamentos ou governos. As empresas transnacionais passam, assim, a tomar decisões quase políticas. Governos e opinião pública vão se transformando em quase-espectadores das decisões corporativas maximizantes do lucro, sem maior legitimação democrática.

Enquanto isso, questões vitais ao futuro da sociedade global vão ficando sem resposta. É socialmente lícito ao setor privado patentear material genético animal ou humano – bem público por excelência – e manter controles sobre seu acesso? Como controlar as tendências monopolistas na produção de *softwares* patenteados, “obrigando” milhões de usuários a renovações compulsórias? Quem se responsabiliza pelos riscos eventuais de sementes transgênicas patenteadas por poucas empresas e impondo padrões globais? E como podem os grandes países da periferia agregar valor à sua produção local submetidos às rígidas limitações das tecnologias patenteadas?

Há perplexidade e desconforto generalizados na sociedade em razão da banalização na concessão de patentes e direitos autorais, mesmo em domínios até então pouco afeitos a tais tipos de controle, como a cópia de capítulos de publicações, a reprodução de músicas e vídeos. O aprofundamento e o alargamento da aplicação das leis de patentes já começam a dificultar a inovação em diversos campos do saber e já estão obstruindo a criação e difusão da arte e do conhecimento, fontes fundamentais do desenvolvimento humano.

Existiria um espaço político onde se possa hoje trabalhar com consistência o interesse comum entre a grande corporação, a sociedade civil e os Estados nacionais na

complexa questão de Propriedade Intelectual? Teoricamente sim. As ações dos atores econômicos globais precisam de legitimidade e de credibilidade que somente lhes podem ser concedidas pela sociedade, por meio da política.

Quanto maiores as corporações, maior o conflito potencial que suas ações podem gerar. Estados e movimentos sociais organizados transnacionalmente podem ser os futuros atores que pactuarão com as corporações acordos de convivência no qual todos possam ganhar, em especial com o resgate dos valores sociais da humanidade, atualmente perdidos nas frestas do lado sombrio da globalização. Entre esses acordos essenciais estão, sem dúvida, maior abertura para transferências tecnológicas e maior flexibilidade quanto a regras de controle da propriedade intelectual.

Em síntese, os temas tratados neste livro tentam abrir algumas brechas no monólito hegemônico sobre marcas e patentes, para instigar uma discussão que percorra caminhos que conduzam a uma globalização econômica mais solidária aos interesses reais da maioria da sociedade mundial.